



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2025

(n° 122/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 122

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

Brasília, 27 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO MENDES PEREIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Panamá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOÃO MENDES PEREIRA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402385** e o código CRC **0E77DEDE** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000539/2025-15

SEI nº 6402385

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO MENDES PEREIRA

CPF.: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1965 Filho de [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1987	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990	CPCD - IRBr
1998	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul

Cargos:

1991	Terceiro-Secretário
1996	Segundo-Secretário
2002	Primeiro-Secretário, por merecimento
2006	Conselheiro
2010	Ministro de Segunda Classe
2017	Ministro de Primeira Classe

Funções:

1987	Ministério da Indústria e do Comércio, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, assessor
1991	União Educacional de Brasília-UNEB, Professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior
1991-92	Instituto Rio Branco, assessor
1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-99	Missão Junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1999-2003	Delegação Permanente Junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2003	Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador, interino
2003-04	Divisão da União Européia e Negociações Extra-Regionais, Chefe, interino
2004-07	Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-09	Divisão de Integração Regional, Chefe
2009-10	Divisão Econômica da América do Sul, Chefe
2010-12	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, Coordenador-Geral
2012-16	Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional, Diretor
2016-18	Cerimonial. Chefe.
2018-22	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2022-	Embaixada do Brasil em Bruxelas. Embaixador.

Condecorações:

2012	Medalha "Mérito Tamandaré"
2014	Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador
2015	Ordem do Mérito da Defesa, no grau Comendador

2015	Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2017	Medalha do Pacificador
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, no grau de Grã Cruz

DADOS BÁSICOS SOBRE O PAÍS

Nome Oficial:

República do Panamá

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PANAMÁ



Informação Ostensiva
Janeiro de 2025

Capital:	Cidade do Panamá
Área:	74.340 km ² (equivalente ao estado da Paraíba; maior do que Serra Leoa)
População:	4,351 milhões
Línguas oficiais:	Espanhol
Principais religiões:	Católicos (85%); protestantes (15%)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado e de governo:	José Raúl Mulino (desde 01 de julho de 2024)
Ministro das Relações Exteriores:	Javier Martínez-Acha (desde 01 de julho de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 87,35 bilhões (3,98% do PIB do Brasil, de USD 2,19 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 186,21 bilhões (3,96% do PIB do Brasil, de USD 4,7 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 19.370 (188,06% do PIB per capita do Brasil, de USD 10.300)
PIB <i>PPP per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 41.290 (186,66% do PIB per capita do Brasil, de USD 22.120)
Variação do PIB (FMI):	3% (est. 2025); 2,5% (2024); 7,3% (2023); 10,8% (2022); 15,3% (2021); -17,9% (2020); 3% (2019), 3,9% (2018); 5,8% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015).
IDH (2021, PNUD)	0,820 (57º entre 193 países; Brasil é o 89º)
Exportações brasileiras (2024)	US\$ 919,3 milhões (-3,2%); 51º destino
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%)
Total importações brasileiras (2024)	US\$ 14,8 milhões (+7,2%)
Principais produtos importados	Resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (51%); revestimentos de pisos (8,3%); outros artigos manufaturados diversos (6%).
Investimentos do Brasil no país	Os principais setores em que as empresas brasileiras investem no Panamá são a construção civil, serviços financeiros, distribuição de alimentos e indústria farmacêutica. Dentre outras, registra-se a presença das seguintes empresas: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset (Sede de Empresa Multinacional do Setor Financeiro); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).
Investimentos do país no Brasil	Segundo dados de 2020 do Banco Central (BCB), mais de 210 empresas brasileiras mantinham como investidor direto ou controlador final o Panamá, totalizando mais de US\$1,43 bilhões, divididos principalmente entre os setores de transporte,

	armazenagem e correio; indústrias de transformação e construção.
Embaixador do Brasil no país	Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, desde agosto de 2022.
Embaixador do país no Brasil	Flavio Gabriel Mendez Altamirano, desde outubro de 2024.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Comex Vis)

Brasil → Panamá	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	313,5	317,1	643,0	640,9	536,8	552,4	770,7	868,9	963,7	934,1 (-3,1%)
Exportações	304,7	308,6	633,0	626,6	523,4	428,3	650,6	854,8	949,9	919,3 (-3,2%)
Importações	8,8	8,5	10,0	14,3	13,4	124,1	120,1	14,1	13,8	14,8 (+7,2%)
Saldo	295,9	300,1	623	612,3	510,0	304,2	530,5	840,7	936,1	904,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Raúl Mulino
Presidente da República



José Raúl Mulino (Panamá, 1959) é formado em Direito pela Universidad Católica Santa María La Antigua. Iniciou sua carreira profissional como advogado especialista em direito marítimo e, em 1988, tornou-se sócio fundador do escritório de advocacia Fábrega, Molino y Mulino. Ocupou cargos políticos de relevo durante as presidências de Guillermo Endara (1989-1994), quando atuou como Ministro das Relações Exteriores, e de Ricardo Martinelli (2009-14), ocasião em que foi Ministro da Segurança Pública e de Governo e Justiça.

Foi indicado como candidato, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido a condenação penal por lavagem de dinheiro. Eleito presidente do Panamá para o período 2024-2029.

Javier Martínez-Acha
Ministro das Relações Exteriores



Javier Martínez-Acha (Panamá, 1963) é advogado e economista. Formou-se em engenharia industrial e ciências econômicas pela Universidade do Texas A&M e em direito e ciências políticas pela ULACIT. Possui especialização em direito financeiro e bancário, direito internacional e corporativo e em arbitragem internacional. Foi co-fundador, gerente geral e presidente da empresa nacional de intermediação financeira internacional Geneva Asset Management SA. Também trabalhou como encarregado da carteira corporativa do Banco de Iberoamerica, tesoureiro da GICU Construção e consultor financeiro da empresa Merrill Lynch Panamá. Durante o governo de Martín Torrijos (2004-2009), foi secretário do Conselho de Segurança Nacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Panamá, principal parceiro comercial brasileiro na América Central, tem importância que transcende seu entorno imediato. Devido à sua localização estratégica, na intersecção dos oceanos Atlântico e Pacífico, na passagem entre as Américas do Sul e do Norte, o país tornou-se “hub” logístico caracterizado pela centralidade de seu Canal interoceânico e ampla infraestrutura aeroportuária.

As relações entre o Brasil e o Panamá são historicamente amistosas e cordiais, e construídas em bases pragmáticas. Valores e princípios compartilhados facilitam o diálogo e a cooperação nos planos bilateral, regional e multilateral. Os alicerces das relações bilaterais têm sido, entre outros pilares, a tradicional cooperação educacional e a cooperação técnica por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Com a posse do presidente José Raúl Mulino, eleito para o período 2024-2029, abriu-se janela de oportunidade na área econômico-comercial. De nítido viés pró-negócios, o novo presidente panamenho vem demonstrando grande disposição para promover o adensamento das relações com o Brasil. Desde a posse, o presidente panamenho tem manifestado interesse em aproximar-se do MERCOSUL.

O acercamento ao Brasil e aos países do MERCOSUL pode ser exemplificado pelos encontros de alto nível entre o presidente Mulino e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho e dezembro de 2024, à margem das Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL, e pela visita oficial à Brasília, em setembro passado, do chanceler Javier Martínez-Acha, acompanhado de grande delegação, que incluiu os ministros de Comércio e Indústria, Julio Moltó, e de Desenvolvimento Agropecuário, Roberto Linares.

Como principal resultado da intensificação das relações, o Panamá tornou-se o primeiro país centro-americano a vincular-se ao MERCOSUL, na condição de estado associado. O anúncio ocorreu no último mês de dezembro, durante a 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu. A associação favorecerá o aprofundamento dos laços comerciais e de investimentos entre o Brasil e o Panamá.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em abril de 2000 foi assinado o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República do Panamá. O memorando previa a realização de consultas políticas regulares de alto nível entre as chancelarias, em periodicidade mutuamente acordada. A I Reunião do Mecanismo foi realizada em novembro de 2020, em formato virtual. A II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Panamá ocorreu em Brasília, em março de 2023.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983. A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura, pecuária e proteção social, entre outras.

Com vistas a robustecer o programa de cooperação, foram adotadas, na I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Panamá (6 a 8 de junho de 2022, na cidade do Panamá), seis iniciativas, que se encontram em diferentes fases de implementação, sendo três na área temática de agricultura e as outras três nas áreas de energia, meio ambiente e educação.

Cooperação no Setor Agropecuário

Em matéria de cooperação no setor agropecuário, destaca-se o forte interesse do governo Mulino em expandir ações com o Brasil na área de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. Durante a visita do chanceler Martínez-Acha ao Brasil, o ministro de Desenvolvimento Agropecuário panamenho, Roberto Linares, vocalizou, em especial, o interesse de seu país em manter cooperação fluida com a EMBRAPA. Note-se que a cooperação brasileira tem papel relevante na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favorece o intercâmbio comercial nesse segmento e posiciona o Brasil como país de referência para o Panamá. À margem da última Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu, em dezembro de 2024, os dois países assinaram acordo de cooperação técnica para o resgate da produção de caju no Panamá.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral, estruturalmente assimétrico e favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise econômica internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. Houve uma diminuição na magnitude dos déficits panamenhos em 2020 e 2021, devido a um exponencial aumento das exportações de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). Tal tendência, contudo, foi revertida em 2022, ano em que não houve a exportação dessa classe de produto para o Brasil.

Atualmente, o Panamá é o principal parceiro comercial brasileiro na América Central. Em 2024, a corrente de comércio foi de US\$ 934,1 milhões, uma redução de 3,1% em relação a 2023, quando o intercâmbio atingiu seu maior valor da série histórica (US\$ 963,7 milhões). Em termos proporcionais, trata-se de um dos maiores superávits da balança comercial brasileira: o Brasil exportou US\$ 919,3 milhões e importou tão somente US\$ 14,8 milhões. As exportações brasileiras foram compostas dos seguintes produtos: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%).

As importações oriundas do Panamá foram pouco significativas, do ponto de vista proporcional. Após retração de 88,3% em 2022, devido à cessação de exportações de cobre decorrentes de disputa entre o governo panamenho e a empresa Minera Panamá, as importações voltaram a encolher em 2,1% no ano de 2023 e tiveram aumento de 7,2% em 2024. O principal produto exportado pelo Panamá ao Brasil são resíduos metálicos, que corresponde a 51% do valor total da pauta exportadora.

Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do Istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Associação do Panamá ao MERCOSUL

Em dezembro de 2024, por ocasião da 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu, o Panamá tornou-se o primeiro país da América Central a vincular-se ao bloco na condição de estado associado. Durante a solenidade de associação, que contou com a participação do presidente José Raúl Mulino, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica entre os Estados Partes do

MERCOSUL e o Panamá (ACE-76), documento que estabelece os parâmetros básicos para a negociação futura de acordos comerciais. O país centro-americano também assinou o Ato de Adesão ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL e o Ato de Adesão à Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL.

Nessa oportunidade, o presidente Lula manifestou sua satisfação com o avanço do processo de liberalização comercial junto ao Panamá, por onde passa 6% do comércio mundial. Já o presidente panamenho descreveu a assinatura como um momento histórico, destacando, por um lado, a força dos países mercosulinos nas áreas agrícola e industrial, e, por outro, sublinhando a capacidade logística e de conectividade do Panamá.

Investimentos

O Panamá é considerado um dos países na América Latina mais favoráveis aos negócios e investimentos. Os fatores atrativos relacionam-se a seu *hub* logístico, à abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica e à existência de importante centro financeiro internacional.

No mais recente relatório do Banco Central sobre investimentos diretos (2024 - ano-base 2022), o Panamá é a 43ª origem de investimentos diretos no Brasil, com U\$ 689 milhões em estoque. A maior parte dessas inversões está nos setores de transporte, armazenagem e correio (57,82%) e indústrias de transformação (15,45%).

No sentido inverso, o Panamá é o 9º destino dos investimentos diretos brasileiros, com U\$ 9,25 bilhões (2,1% do total). A grande maioria dos investimentos brasileiros no Panamá, 73,93%, referem-se a atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados

Há grande potencial de atração de investimentos provenientes do Panamá no âmbito do novo PAC, que traz oportunidades de investimentos que podem chegar a U\$ 340 bilhões (R\$ 1,68 trilhão) nos próximos anos, e que tem a sustentabilidade em seu centro.

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou mandato específico para negociar Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o Panamá. No último mês de setembro, durante visita do chanceler Martínez-Acha, os negociadores de ambos os países mantiveram reunião para discutir um cronograma inicial de trabalho.

Canal do Panamá

Diante da sua condição geográfica estratégica e da importância do Canal do Panamá para o escoamento de mercadorias, ao interligar os oceanos Pacífico e Atlântico, o Panamá configura-se como importante hub logístico de escala global na América Latina.

Segundo o Informe Anual da Autoridade do Canal do Panamá, o Brasil foi o 18º maior usuário da rota interoceânica no ano de 2023, com 4,4 milhões de toneladas transportadas. O uso do canal para o trânsito das exportações brasileiras para os mercados da costa oeste dos EUA e da Ásia, em particular à China, tem figurado na agenda de entidades brasileiras como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja e os Portos do Itaqui (Maranhão) e de Suape (Sergipe), cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes, com o objetivo de discutir mudanças no sistema de precificação de pedágios e promover parcerias e troca de informações em áreas técnicas, por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP).

O governo brasileiro também tem adotado uma postura de explorar o diálogo com ACP a fim de permitir a redução de custos e uma maior utilização do Canal do Panamá por embarcações procedentes do Brasil. Nesse sentido, destaca-se a visita ao Panamá, em março de 2023, da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Assuntos Consulares

Segundo estatísticas do Serviço Nacional de Migrações (SNM), o Brasil ocupou o décimo-quinto lugar entre os países com mais nacionais que atravessam irregularmente a floresta do estreito de Darién em 2024. Segundo o Panamá, 1075 cidadãos brasileiros estiveram nessa situação no ano passado. Esse contingente é composto, em sua maioria, por filhos de haitianos nascidos em território brasileiro.

Desde 2020, o setor consular da Embaixada do Brasil no Panamá registrou 16 crianças e uma adolescente brasileiras que ingressaram no Panamá pelo Darién. Sete menores foram encontrados desacompanhados, seis deles por óbito de suas mães na travessia e, em um caso de vítima de sequestro internacional, pelo desaparecimento do pai. Outras três crianças faleceram, uma por enfermidade contraída na viagem e duas em decorrência de acidente rodoviário. São filhos e filhas de haitianos e africanos de Angola, Camarões e Guiné Bissau. As crianças ficam sob custódia da Secretaria Nacional de Infância, Adolescência e Família (SENNIAF) até o desfecho dos processos, respeitando o interesse

superior da criança, ao abrigo da Convenção de Direitos da Criança. A maioria dos desacompanhados foi repatriada.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma República presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições são realizadas em turno único para mandatos de cinco anos, e têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder.

Eleições Gerais de 2024

As últimas eleições gerais foram realizadas em 5 de maio de 2024, com mandatos para o período 2024-2029. Foram disputadas, ademais da Presidência da República, 71 vagas de deputados, 20 vagas de deputados do Parlamento Centro-Americano, 81 prefeituras e 679 representantes de "corregimientos" (subdivisões dos distritos).

José Raúl Mulino (Realizando Metas) foi eleito presidente do Panamá com 34,4% dos votos, seguido de Ricardo Lombana (MOCA), com 24,8%; de Martín Torrijos (PP), com 16%; e Rómulo Roux (CD), com 11,3%. Gabriel Carrizo (PRD), candidato oficialista que na época ocupava a vice-presidência do país, obteve apenas 5,8% dos votos, confirmando a tradição do eleitorado panamenho que há três décadas tem optado pela alternância de poder.

Advogado e político de Chiriquí, região norte do país, Mulino foi indicado como candidato apenas em 4/3, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli (2009-14), atualmente asilado na embaixada da Nicarágua no Panamá e então favorito nas pesquisas, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido à confirmação de sua condenação a 10 anos e 8 meses de prisão por lavagem de dinheiro.

Para a Assembleia Nacional, foram eleitos 21 deputados independentes, 13 do partido Realizando Metas (RM), 12 do PRD, 8 do CD, 4 do MOCA, 2 do Alianza, 2 do Partido Popular e 1 do MOLIRENA. Além da fragmentação partidária, o alto número de deputados independentes eleitos não tem paralelo na história política do Panamá.

Prioridades e desafios do governo Mulino

José Raúl Mulino tomou posse em 1º de julho de 2024 com o compromisso de implementar plataforma política focada no aumento da renda

dos panamenhos; redução do desemprego; execução de grandes projetos de infraestrutura, como o Trem David; reestabelecimento do grau de investimento do Panamá e impulsionamento do turismo. Sua administração terá que enfrentar desafios como a perda de receitas por conta do fechamento da Minera Panamá, empresa de mineração de cobre fechada após decisão da Corte Suprema; projeções de baixo crescimento do PIB; o alto endividamento público herdado de administrações anteriores; crise hídrica, que tem potencial de afetar o fluxo de embarcações pelo Canal do Panamá; e o grande fluxo migratório registrado na selva de Darién.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista, assentada no respeito ao direito internacional e nos princípios de soberania, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, ressaltando a apresentação do país como um destino para "investimentos seguros". A diplomacia panamenha tem igualmente empreendido esforços para promover a imagem do país como "hub" mundial multissetorial (logístico, aéreo, financeiro e digital), valendo-se do simbólico Canal do Panamá e do desenvolvimento de uma importante indústria financeira e de serviços aéreos.

Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de mais de 30 agências e programas das Nações Unidas no país, às quais se somam representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de importante "hub" aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Um aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios de agências da ONU e de bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Cooperação Andina de Fomento - CAF, no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

O Panamá busca ocupar posições no sistema multilateral, com o lançamento de várias candidaturas, inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde atuará como membro não-permanente no biênio 2026-2027. Nesse aspecto, o histórico de relacionamento com o Brasil é de cooperação, evidenciada, entre outros, por consistente padrão de apoios mútuos. Entre os temas atualmente em destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas; a busca pela retirada do país das listas de territórios não cooperativos para fins fiscais; a agenda ambiental e de combate à mudança

do clima; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais; acesso à saúde e vacinas; e direitos da mulher.

No que se refere a seu entorno geográfico imediato, o Panamá é membro dos principais acordos e instituições de integração na América Central. Além do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o país também integra o Mercado Comum Centro-americano e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN).

ECONOMIA

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. O país possui, há alguns anos, a economia mais dinâmica da América Latina.

As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram, entre outros, o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil, e o investimento público. A baixíssima carga tributária, da ordem de apenas 12,7 % do PIB (a mais baixa na América Latina), constitui um dos principais fatores de atração de investimentos no país. O Panamá enfrenta, contudo, desafios para manter o ritmo de investimentos. Em anos recentes, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais.

No que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com limitada produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do Canal do Panamá e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento, com forte contraste entre a evolução da renda e da produção, contribui para prevenir e matizar situações de crise nos setores econômicos que não se conectam diretamente com as atividades do Canal de Panamá.

Panorama atual

Segundo projeções do FMI, o PIB do país teria fechado o ano de 2024 com um crescimento de 2,5%. Apesar do bom desempenho entre 2021 e 2023, a economia do país deverá enfrentar contexto de desaceleração no crescimento em

2025, projetado em 3%, inferior à média anual verificada nos últimos 30 anos, entre 5 e 6% (a mais elevada na América Latina), excetuando-se o período da pandemia do coronavírus.

Diversos fatores explicam o atual cenário, como o aumento da dívida pública que alcançou, em 2024, 54% do PIB; a baixa carga tributária, que limita a margem de manobra fiscal para o financiamento sustentado de programas sociais e projetos de infraestrutura; e o fechamento da mina de cobre explorada pela Minera Panamá, subsidiária da empresa canadense First Quantum Mineral, e de seu impacto adverso na macroeconomia e na confiança de investidores estrangeiros, sobretudo de países desenvolvidos.

Cabe ressaltar que a produção da Minera Panamá, localizada em Danoso, equivalia a 5% do PIB e gerava mais de 40 mil empregos diretos e indiretos, sobretudo no interior do país. O cobre era, então, o principal item da pauta exportadora de bens (75%). Com o seu fechamento, o governo deixará de arrecadar mais de USD 400 milhões anuais em "royalties" e impostos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”).
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a

	administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.
2019	Laurentino “Nito” Cortizo é eleito Presidente.
2024	José Raúl Mulino é eleito Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro.
1906	Criação da Legação do Brasil em Havana, responsável cumulativamente por Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1937	Criação da Legação do Brasil na América Central, com sede na Cidade da Guatemala e ação cumulativa no Panamá.
1943	Criação da Legação do Brasil na Cidade do Panamá.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1953	A Legação do Brasil no Panamá é elevada à categoria de Embaixada.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.
1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.

2006	Viagem do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Viagem do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar.
2012	Viagem do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a Embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá.

	Em dezembro, representantes dos MPs dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.
2019	A Ministra Damares Alves representou o presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo.
2020	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá.
2021	O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com a Ministra Erika Mouynes à margem da posse do presidente do Peru, Pedro Castillo.
2023	O Vice-Presidente José Gabriel Carrizo e a Chanceler Janaina Tewaney compareceram à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá. Os chanceleres Mauro Vieira e Janaina Tewaney mantiveram encontro à margem da Cúpula G77+China, em Havana.
2024	O Vice-Presidente Geraldo Alckmin compareceu à posse do Presidente José Raúl Mulino (Cidade do Panamá, 01 de julho). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Assunção, 08 de junho). Visita do Chanceler do Panamá, Javier Martínez-Acha, ao Brasil (Brasília, 03 de setembro). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Montevideu, 06 de dezembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Resgate da Produção de Caju Por Meio da Seleção de Germoplasma e Manejo da Cultura"	05/12/2024	Tramitação MRE			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Políticas Públicas de Crédito e Comercialização para a Agricultura Familiar do Panamá"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá na Área de Cooperação Humanitária e Redução de Desastres	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Bioprospecção e Manejo Racional de Insetos Invasores"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica entre a Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Panamá	28/03/2023	Em Vigor	14/04/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Apoio ao Projeto de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias – PHEFC – do Panamá"	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Reforço na Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário – Mida - do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana-de-Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e Panamá	10/04/2008	Em Vigor	05/05/2008		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza e a Promoção da Proteção Social	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis	10/08/2007	Expirado	21/08/2007	10/08/2013	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Assistência Técnica na Área de Genética Bovina"	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011		

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate da Dengue"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Informações em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Implementação de Bancos de Leite no Panamá"	25/05/2007	Em Vigor	05/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	04/06/2007		
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	15/07/2009		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Superado			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005		
Declaração Conjunta	06/03/2002	Em Vigor			

Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá	21/08/2001	Expirado		21/08/2004	
Memorando de Entendimento ente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Unidad de Análisis Financiero - UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro	21/08/2001	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias.	21/08/2001	Em Vigor			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área da Educação.	21/08/2001	Expirado	01/02/2002	21/08/2004	
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	27/06/2006		
Acordo, por troca de Notas, relativas à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826	13/11/2000	Em Vigor	07/12/2000		
Acordo entre o Governo da República do Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes.	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	12/09/2002		

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	17/01/2002		
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República do Panamá	26/03/1985	Em Vigor	01/07/1996		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	02/03/1983		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	26/02/1980	Em Vigor	26/02/1980		
Memorando de Entendimento Brasil-Panamá.	11/09/1979	Em Vigor			
Convênio sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/08/1972	Em Vigor	04/12/1972		
Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	19/08/1948	Superado			
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por via Comum e Aérea.	09/01/1947	Denunciado	19/02/1947		26/02/1951
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	15/05/1947		
Convenção de Arbitragem entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	01/05/1909	Denunciado			